

Considerações sobre a importância das exportações da agricultura na economia do País

POTY REIS*

1. Introdução; 2. Economia de exportação de produtos primários; 3. Vulnerabilidade e inadequação; 4. Industrialização e exportações; 5. A redescoberta das exportações e evoluções mais recentes; 6. Balanço de pagamentos, dívida externa e exportações.

1. Introdução

A evidência histórica demonstra a preponderância do setor primário na economia brasileira, desde o povoamento até algumas décadas posteriores à II Guerra, quando já se iniciara o processo de industrialização do País.

Até o início do século XIX a história econômica do Brasil é a história da hegemonia de culturas extensivas, como a cana-de-açúcar, algodão, cacau e fumo,¹ de predominância na Região Nordeste, e do gado, que se expandiu pelo território, assumindo grande importância principalmente no Sul.

Esses fatos caracterizavam nossa economia como sendo uma economia de exportação de produtos primários, "compartimentada e distribuída pelas

* Economista agrícola. Pesquisador da Embrapa. Aluno do curso de mestrado da EBAP.

¹ Prado Júnior, Caio. *História econômica do Brasil*, 19. ed. São Paulo, Brasiliense, 1976.

diferentes regiões do País, com um gênero para cada uma",² e em torno do que se gerou todo um processo cultural, social e político.³

Ao longo do tempo as aspirações de desenvolvimento nacional encontraram, através de um lento processo de transformação, na agricultura, o sustentáculo básico, a fonte de onde foram bombeados e transferidos os recursos necessários à implantação e desenvolvimento do sistema urbano-industrial.

Transcorridos quase 50 anos da instalação do processo de industrialização do País, a agricultura, embora perdendo importância relativa, através de seu setor de exportações, permanece como fonte principal no carreamento de divisas cambiais destinadas a financiar o esforço de desenvolvimento nacional.

Neste artigo pretende-se fazer um rápido relato histórico sobre a importância das exportações da agricultura em todos os tempos, importância esta que permanece inalterada nos dias de hoje, nada obstante o extraordinário progresso de nosso parque industrial.

2. Economia de exportação de produtos primários

É sempre contemporâneo o interesse pela análise dos ciclos econômicos característicos dos primórdios da colonização, aos quais a economia do País esteve submetida.

O primeiro deles, à época do Brasil colônia, foi o ciclo do pau-brasil, que duraria menos de 50 anos, em face do rápido esgotamento da reserva vegetal em pontos acessíveis do litoral, devido à ação predatória da exploração.⁴

A partir do século XVII, sucederam-se os ciclos do açúcar, do algodão, do cacau, do fumo, do gado.⁵ Com exceção do ciclo do gado ou da pecuária, os dos demais produtos ocorreram em função de circunstâncias concomitantes internas e externas, já que os referidos produtos caracterizavam o modelo primário exportador da economia nacional, baseado na cultura extensiva e voltado para o mercado externo.

O que diz respeito à cana-de-açúcar, por sua importância, merece uma elaboração especial. Introduzida a cana na Capitania de São Vicente, sua cultura alastrou-se pelo litoral em direção ao Norte, onde se afirmou por vários séculos. Foi em torno do açúcar que surgiram as grandes propriedades monocultoras, o senhor de engenho e o trabalho escravo.

² Id. *ibid.*

³ Furtado, Celso. *Formação econômica do Brasil*, 14. ed. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1976.

⁴ Simonsen, Roberto C. *História econômica do Brasil: 1500-1820*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1969.

⁵ Paiva, Ruy Müller et alii. *Setor agrícola do Brasil, comportamento econômico problemas e possibilidades*. São Paulo, Secretaria da Agricultura, 1973.

A grande exploração rural, extensiva e predatória, e por muito tempo característica de nossa economia agrária, teve na cana-de-açúcar o seu elemento básico.⁶

Paiva⁷ lembra que “em grande parte o açúcar foi responsável pelas características sociais, políticas e econômicas do Brasil atual”. Como produto de exportação, o açúcar foi o líder incontestado no período colonial, chegando a representar, em 150 anos de comércio internacional, 57% do valor das exportações.⁸

A crise açucareira do início do século XVIII e a corrida para atividades de mineração e garimpagem — que determinaria o ciclo intermediário do ouro e das pedras preciosas — resultou na virtual estagnação da agricultura por um longo período. Só depois do esgotamento das minas de ouro e diamantes, que enriqueceram a metrópole e sob os efeitos decorrentes da Revolução Industrial, é que se verificou o renascimento da agricultura, tendo despontado em importância como matérias-primas de exportação o algodão e o fumo, cujas culturas se iniciaram em princípios do século XVII.⁹

Durante o período colonial as exportações de algodão e fumo foram, aproximadamente, da ordem de £ 12 milhões para cada um desses produtos.¹⁰

Simultaneamente, ocorre uma apreciável expansão da pecuária nos estados do Nordeste, e toma notável incremento no Centro e no Sul, principalmente no Rio Grande do Sul, devido às suas condições favoráveis e em função do abandono da cultura do trigo naquela província, na segunda metade do século XIX.

Vale a pena aqui fazer um parêntese para notar um fato pouco evidenciado na análise e discussão da compartimentalização regional de produtos agrícolas de exportação. Qualquer estímulo ou apoio governamental aos agricultores da Província de São Pedro do Rio Grande teria feito do trigo um produto de exportação tão importante como o algodão e o fumo. Até 1813 o Rio Grande do Sul produzia trigo suficiente para o abastecimento do Rio de Janeiro e de outros estados; exportando algum excedente para Lisboa e Montevidéu.

Carmo¹¹ nos informa que “. . . regulava a exportação de trigo em cada ano por 460 mil alq.,¹² isto a contar de 1805, porquanto antes desta época era maior a exportação deste cereal”. Em 1807 foram exportados 132.795 alqueires de trigo para Lisboa e 24 mil para o Cabildo de Montevidéu.

⁶ Simonsen, Roberto C. op. cit.

⁷ Paiva, R. Miller. op. cit.

⁸ Citando o Ministério das Relações Exteriores (*Brasil: situação, recursos e possibilidades*. Rio de Janeiro, 1969), Paiva diz que “de um total de exportações avaliado em 530 milhões, o açúcar concorreu com aproximadamente 300 milhões”.

⁹ Prado Júnior, Caio. op. cit.

¹⁰ Simonsen, Roberto C. op. cit.

¹¹ Carmo, A. Gomes. *O problema nacional da produção do trigo*. Rio, Divulgador Brasileiro, 1911.

¹² O alqueire equivalia aproximadamente a 36l.

Supõe-se que estes sejam valores médios para um razoável período. A partir de 1811 a ferrugem começou a atacar os trigais da província, o que determinou uma queda sensível na produção do cereal, que decresceu de 80 e até 100 por 1, para somente 40 alq. colhidos por um de semente plantada.¹³ As exportações reduziram-se então para entre 180 e 200 mil alq. por ano. A baixa produtividade da lavoura,¹⁴ mas principalmente o descaso e a incompetência das autoridades, fizeram com que o povo da província abandonasse a cultura do trigo para se dedicar à criação do gado.

O declínio da agricultura de exportação, baseada principalmente no açúcar, algodão e fumo, em função das crises sucessivas decorrentes da concorrência internacional, fez com que se deslocasse do Norte e Nordeste para o Centro-Sul toda a importância econômica do País,¹⁵ já pela metade do século XIX, graças à intensificação do cultivo do café naquela região.

Produto de exportação, o café surgiu para firmar-se como o soberano da produção brasileira até os nossos dias, o sustentáculo da economia do País por mais de um e meio século. Segundo Prado Júnior,¹⁶ em 1796 a exportação de café atingia 8.495 arr., elevando-se para 82.245 em 1806. A produção exportável do Brasil, que atingiria a média anual de 6,5 milhões de sacas de 60 kg na década de 1880-90 e a 7,2 milhões na década de 1890-900, chegaria na safra de 1901-2 a um nível recorde de 15 milhões de sacas, esboçando-se a primeira crise de superprodução, que iria originar o movimento em favor da intervenção estatal. Essas crises, que se repetiriam várias vezes, iriam provocar a intervenção permanente a partir de 1924, caracterizando-se uma fase de ingentes esforços governamentais para a valorização do produto, mas de contínua e acentuada perda de mercado internacional.¹⁷

Outros produtos de exportação surgiram simultaneamente a partir de 1880, no Norte e Nordeste: a borracha e o cacau, cujo advento teria a influência marcante na compartimentalização regional da produção e grande significado econômico no início deste século.

Para que se avalie a importância que a borracha chegou a alcançar na economia do País convém recordar que, no decênio 1901-10, a exportação de borracha brasileira alcançou uma média anual de 34.500t, num valor aproximado médio de 13,4 milhões de libras esterlinas-ouro,¹⁸ correspondendo a 28% do valor das exportações totais.

¹³ Carmo, A. Gomes. op. cit.

¹⁴ "A produção de 40 alq. por 1 foi taxada de miserável. Em quantas partes do mundo se apresenta uma tão abundante produção? Na Rússia as colheitas superiores não excedem nem mesmo iguam as que no Rio Grande se taxam de miseráveis; e nos Estados Unidos a produção de trigo é estimada na razão de 20 alq. por 1; mas não foi por isso abandonada a sua cultura." Ferreira Soares, Sebastião. Notas estatísticas, 1860. In: Carmo, A. Gomes. op. cit.

¹⁵ Prado Júnior, Caio. op. cit. p. 157.

¹⁶ Ibid. p. 160.

¹⁷ Paiva, Ruy Miller. op. cit. p. 13.

¹⁸ Prado Júnior, Caio. op. cit. p. 237.

Em 1912 a exportação da borracha atinge seu clímax com um total de 42 mil t, por um valor de £ 24,6 milhões, representando quase 40% do total das exportações ou pouco mais de 40% do valor representado pelo café.¹⁹

O ciclo da borracha foi curto e violento, tanto na sua trajetória ascensional como na *débâcle*. Suas causas são por demais conhecidas e polêmicas para serem tratadas neste trabalho. Caio Prado Júnior diz que “o drama da borracha brasileira é mais assunto de novela romanesca que de história econômica”.²⁰

Durante o período colonial a cultura do cacau desenvolveu-se no vale amazônico, constituindo a principal riqueza da região. Disseminou-se daí para outros pontos do País, desenvolvendo-se consideravelmente no sul da Bahia, que passou a ser o maior centro exportador do cacau do Brasil. Em 1880, data que assinala o surto econômico do cacau, as exportações brasileiras foram de 1.668t, elevando-se para 13.131t, em 1900.

No entanto, o surto de desenvolvimento do produto no continente africano, principalmente na Costa do Ouro, superou em muito as exportações brasileiras que, em 1935, atingiram 100 mil t, perdendo, desde então, condições de competição.

A tática desleal do Império Britânico frustrou, assim, a possibilidade de o cacau vir a tornar-se um produto da importância do café na pauta de exportações do Brasil para o mercado internacional.²¹

3. Vulnerabilidade e inadequação

Do que foi dito anteriormente de modo sumário sobre os principais produtos de nossa agricultura, pode-se inferir que a economia do País assentava-se em uma estrutura altamente vulnerável pela dependência externa e inadequada ante as aspirações e perspectivas de desenvolvimento. Observe-se que até os anos 30 a dependência da economia ante as perspectivas do café no mercado mundial era quase absoluta.

Por outro lado, com o esforço expendido na manutenção e ampliação das monoculturas de exportação, verificava-se um certo descanso na produção de artigos de consumo interno: arroz, feijão, batata, cereais etc. A agricultura de subsistência, paralela e coexistente com a exportação, não era suficientemente estimulada para a satisfação da demanda interna. “Até pouco tempo antes da I Guerra Mundial o País importava cerca de 13%

¹⁹ Ibid. p. 239.

²⁰ Ibid. p. 241. Sem que se concorde integralmente com essa afirmativa de Caio Prado Júnior, não se deixa de reconhecer que o episódio relacionado com o ciclo da borracha no Norte brasileiro ainda está à espera de um estudo integrado, em seus aspectos econômicos, políticos e sociológicos.

²¹ Prado Júnior, Caio. op. cit.

do consumo aparente de produtos agrícolas,²² sendo de supor que entre 1900 e 1907 essa dependência fosse ainda maior.²³

A extrema vulnerabilidade de nossa economia às crises do mercado externo, onde sobressaíam as freqüentes crises do café, que culminariam com a de 1929, estimulou a diversificação da produção agrícola para o mercado interno e resultou na modificação da estrutura de nossas importações. Assim é que, depois de 1939, apenas o trigo ficou responsável quase pelo total valor das importações de produtos agrícolas. Essa política de substituição de importações de gêneros de primeira necessidade provenientes da agricultura se acentuaria nos anos 30, coincidindo com o processo de industrialização do País, e dando-lhe extraordinário suporte e sustentação.

Parece conveniente evidenciar na discussão o papel das exportações da agricultura no estabelecimento do processo industrial. Em primeiro lugar deve-se recordar que, no estágio atrasado em que se encontrava nossa indústria incipiente, era o produto das exportações da agricultura tradicional que determinava o nível de atividade interna do País, geradora de renda e emprego, além de ser a principal fonte de divisas para o pagamento das importações e de nossa dívida no exterior. Constituíam-se, assim, as exportações agrícolas no principal componente da capacidade de importar.²⁴

A política de substituição de importações afetou e foi aos poucos modificando essa situação pelo surgimento de um processo de industrialização voltado principalmente para o mercado interno, constituindo-se num novo padrão de desenvolvimento.

O argumento básico de sustentação dessa política — deliberadamente adotada depois da II Guerra Mundial — era de que o setor primário exportador, altamente dependente do mercado externo, vulnerável e inadequado, não oferecia perspectivas de assegurar taxas elevadas de desenvolvimento econômico.²⁵

Assim é que a partir de 1945 o Brasil rompe com a tradição de Países essencialmente agrícola e se alinha no rol dos aspirantes ao desenvolvimento, acelerando o seu desenvolvimento industrial.

Naturalmente que isso foi feito à custa de uma excessiva penalização do setor agrícola, cujos produtos tradicionais — café, açúcar, algodão, cacau e fumo — embora experimentando forte deterioração em termos de preços

²² Villela, A. V. & Suzigan, W. *Política do governo e crescimento da economia brasileira: 1889-1945*. 2. ed. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1974 Monogr. n. 10).

²³ Ibid.

²⁴ Dollinger, Carlos von et alii. *Transformação da estrutura das exportações brasileiras: 1964/70*. Rio de Janeiro IPEA/INPES, (Relatório n. 14).

²⁵ Doellinger, C. von. op. cit. Na p. 11 Doellinger faz a seguinte observação: "Fazia-se mister, por conseguinte, abandonar o padrão primário exportador em que se apoiava o desenvolvimento — rompendo, assim, a estreita dependência do mercado externo. — em favor de uma política que tivesse no mercado interno seu ponto básico de apoio, ou seja, a implantação de indústrias que passassem a produzir bens antes importados e para os quais já existia um mercado totalmente disponível."

externos, continuaram sustentando a posição do Brasil no comércio internacional e garantindo o fluxo de divisas necessárias ao financiamento de nosso desenvolvimento e atendimento de nossos compromissos externos.

Por outro lado, a penalização do setor agrícola em seu papel de sustentáculo do desenvolvimento urbano-industrial evidenciou-se também por sanções, como a proibição da exportação de outros produtos, tais como milho, feijão, arroz, batatas etc., prioritários de consumo interno, assim como pela manutenção de preços internos relativamente baixos.

4. Industrialização e exportações

Como se observou anteriormente, desde 1930 que o País iniciou um movimento desenvolvimentista deliberado, com vistas às suas potencialidades internas, via industrialização e substituição de importações.

A isso o País foi compelido inicialmente pela Grande Depressão, cujos efeitos resultaram em alertar para os malefícios da absoluta dependência do setor externo; depois, a II Guerra e a escassez de divisas estimulariam grandemente a industrialização e a diminuição da abertura para o exterior e, finalmente, pelo próprio fascínio do setor manufatureiro,²⁶ cuja atividade empolgou a consciência dos povos que desejavam acelerar o seu desenvolvimento.

Entretanto, foi no início da década de 50 que o País envolveu-se definitivamente no processo desenvolvimentista de industrialização acelerada, visando a substituir o modelo inadequado de desenvolvimento baseado em exportações de produtos primários tradicionais, altamente dependentes do exterior.

Com efeito, de 1949 a 1955, a política do Governo é a de estímulo à indústria de substituição de importações, numa clara adesão às teses "cepalinas", que proclamavam na industrialização substitutiva de importações a maior independência econômica e política em relação ao mundo desenvolvido.²⁷

A partir de 1956, ativando o Plano de Metas, o Governo adotou deliberadamente uma política protecionista e pouco seletiva para a ativação do setor industrial brasileiro, tentando promover a expansão horizontal e vertical do ainda incipiente complexo industrial. Um poderoso instrumento usado então, e cujos efeitos perdurariam por quase uma década, foi a Instrução 113, de janeiro de 1955, cujas disposições concediam extraordinários privilégios para a entrada de capitais estrangeiros no País.²⁸

²⁶ Silva, V. & Buéscu, M. *Dez Anos de renovação econômica*. Rio de Janeiro APEC, 1974.

²⁷ Vilar de Queiroz, J. M. *Brasil, exportação e importação*. 2. ed. Rio de Janeiro, APEC, 1975.

²⁸ Sobre a Instrução n. 113 e seus efeitos funestos, vejo o artigo de Prado Júnior, Caio. A crise em marcha. *Revista Brasileira*, n. 42.

No período 1957-61 a indústria brasileira, em termos globais, cresceu a uma taxa superior a 12% ao ano. Foi notável nesse período a incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo, o fluxo de capitais estrangeiros para aplicação em diversos setores da indústria, em função dos atrativos oferecidos, e a transferência, através da política cambial, de volumosos recursos do setor agrícola para o setor industrial.

Se, por um lado, a política de industrialização resultou benéfica para a economia como um todo, "o setor externo da economia, porém, manteve-se quase que constantemente em crise, pois a continuidade do processo de industrialização exigia importações de bens de capital, matérias-primas e produtos intermediários, enquanto que a capacidade de importar permanecia estagnada".²⁹

Em vista do exposto, o que realmente se observou foi uma acentuada e crescente dependência do exterior decorrente do processo de industrialização, em flagrante contraste com as teses cepalinas, e como consequência da instrospecção da economia e do alheamento do mundo exterior.³⁰

Observe-se que o modelo cepalino de substituição de importações e voltado para o mercado interno tinha o objetivo de diminuir a dependência externa não só no que se referia aos nossos produtos primários de exportação, como também pela redução das importações necessárias ao desenvolvimento.

Porém, na prática, o que se verificou foi justamente o contrário. "Longe de reduzir a necessidade de importação da economia, porquanto as nossas indústrias exigiam matérias-primas, bens intermediários e bens de capital do exterior, as políticas de substituição de importação levaram a economia ao estrangulamento externo, pelo decréscimo da capacidade de importar, pelo excessivo uso da poupança externa em condições inadequadas (alta concentração de créditos de fornecedores a prazos insuficientes) e pela negligência do potencial de exportação."³¹

E mais ainda: "Enquanto o modelo visava a libertar a economia da excessiva dependência externa, os resultados eram um nível exagerado da dívida externa, atingindo cerca de 36% da receita das exportações em 1960, com uma ameaça de redução dos suprimentos externos de bens essenciais".³² No auge do processo de substituição de importações (1950-62), o coeficiente de exportações baixava de 19,5% para 7,8 do Produto Interno Bruto, declinando naquela fase em termos absolutos.³³

Julgou-se conveniente incluir na discussão essa pequena digressão histórica por considerar-se que, nada obstante a oportunidade e conveniência do esforço desenvolvimentista, aplicado ao setor manufatureiro visando à

²⁹ Doellinger C. von. op. cit.

³⁰ Veja a respeito a análise feita por Vilar de Queiroz, op. cit.

³¹ Vilar de Queiroz, J. M. op. cit. p. 75.

³² Id. ibid.

³³ Id. ibid. p. 80.

substituição de importações, o grande equívoco verificado residiu no encaaminhamento do desenvolvimento, relegando-se a segundo plano o setor agrícola e o setor externo.

A impropriedade do conjunto de políticas econômicas adotadas com relação à agricultura de exportação resultaria no superaquecimento da economia e, apesar do progresso urbano-industrial, na deflagração de um vertiginoso processo inflacionário, no desequilíbrio do balanço de pagamento e, finalmente, na estagnação econômica, com as conseqüências sociais e políticas conhecidas.

5. A redescoberta das exportações e evoluções mais recentes

A estratégia brasileira de desenvolvimento, a partir de 1964-67, redescobriu a importância do mercado externo e da agricultura no comércio internacional, como fonte de estímulo para o desenvolvimento do País. O Brasil passou a ver nas exportações a sua senda crítica.³⁴

Como diz Vilar de Queiroz, "enquanto o padrão de substituição de importações tivera inspiração introspectiva, de concentração sobre o mercado interno com relativo alheamento do mundo exterior, a política de desenvolvimento da fase revolucionária é deliberadamente calcada numa abertura para a economia mundial".³⁵

De fato, a recuperação das exportações brasileiras, principalmente a partir de 1967-8, resultou a convicção de que esta é a única forma de assegurar a longo prazo o financiamento das importações necessárias à manutenção de um ritmo de crescimento elevado da economia.³⁶

De acordo com o já disposto no anterior PAEG e posteriormente nos I e II PND, o Governo pôs em prática uma política intensiva de estímulo às exportações, tendo em vista não só a sua diversificação como também a conquista de novos mercados.

Na área do setor agrícola, além do prestígio emprestado aos produtos tradicionais de exportação foram estimulados a integrarem a pauta uma série de produtos não-tradicionais, de grandes perspectivas no mercado mundial, como soja, milho, arroz, amendoim, frutas e sucos. O Governo passou a rever suas políticas com relação ao comércio exterior e a adequá-las à realidade do mundo contemporâneo.

A partir de 1968 foram efetuadas substanciais mudanças na política cambial, determinando novos incentivos às exportações. O sistema de reajustamento periódico da taxa cambial (denominado minidesvalorizações, e que consiste em ser aproximadamente igual à diferença entre a taxa de inflação interna e a taxa de inflação das principais nações para as quais o

³⁴ Karen, Ruth. *Brasil de hoy*. Rio de Janeiro Fundação Getulio Vargas, 1974.

³⁵ Vilar de Queiroz, J. M. op. cit.

³⁶ Langoni, C. Geraldo. *A economia da transformação*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975.

País exporta), se resultou altamente benéfico para os manufaturados, também o foi para as exportações do setor agrícola.

Observa-se na tabela 1 que de 1963 a 1968 as exportações totais do País evoluíram de US\$ 1,4 para 1,9 bilhões, ou seja, em 33,8%, o que corresponde a pouco mais de 5% ao ano.

Tabela 1

Exportações brasileiras. Exportações da agricultura e significado percentual
(Em milhões de dólares)

Anos	Exportação total	Exportação da agricultura	%
1963	1.406,5	1.254,9	89,2
1964	1.429,8	1.245,7	87,1
1965	1.595,5	1.330,8	83,4
1966	1.741,4	1.497,2	85,9
1967	1.654,0	1.368,3	82,7
1968	1.881,3	1.595,4	84,8
1969	2.311,2	1.912,4	82,7
1970	2.738,9	2.109,0	77,0
1971	2.903,8	2.091,6	72,0
1972	3.991,2	2.990,7	74,9
1973	6.199,2	4.529,6	73,1
1974	7.951,0	5.209,2	65,5
1975	8.655,2	5.193,0	60,0
1976*	9.000,0	5.369,4	59,7

* Refere-se ao período janeiro-novembro.
Fonte: Cacex.

No mesmo período as exportações da agricultura (que corresponderam, em média, naquele período, a 85,5% das exportações totais) evoluíram de aproximadamente US\$ 1,3 para 1,6 bilhão, o que corresponde a um aumento de apenas 27,1%, ou 4,5% ao ano.

Já no período 1968-75 as exportações totais, em consequência das novas políticas adotadas, elevaram-se em 460%, passando de US\$ 1,9 para 8,7 bilhões, enquanto que as exportações do setor agrícola passavam de US\$ 1,6 para 5,2 bilhões, representando um incremento total, no período, de 325,5%. Entretanto, não obstante o seu incremento extraordinário em valor, a participação das exportações da agricultura nas exportações totais, nesse período, decresceram de 84,8 para 60%, devido à crescente importância dos manufaturados na pauta das exportações. Este fato é altamente favorável para a saúde da economia como um todo.

A tabela 2 permite verificar a evolução do comportamento da participação do café e dos manufaturados no total das exportações nacionais, de 1954 a novembro de 1976.

Tabela 2
*Exportações brasileiras e participação do café
e dos manufaturados — 1954-76*
(Em milhões de dólares)

Anos	Export. (FOB)	Café	%	Manufaturados
1954	1.558	948	60,8	9,4
55	1.419	844	59,5	15,2
56	1.483	1.030	69,5	13,1
57	1.392	846	60,8	12,7
58	1.244	688	55,3	12,3
59	1.282	733	57,2	13,2
1960	1.270	713	56,1	21,2
61	1.405	710	50,5	35,6
62	1.215	643	52,9	46,0
63	1.406	748	53,2	48,9
64	1.430	760	53,1	91,4
65	1.596	707	44,3	153,6
66	1.741	773	44,4	151,4
67	1.654	733	43,3	202,5
68	1.881	797	42,4	201,0
69	2.311	846	36,6	283,4
1970	2.739	982	35,9	254,9
71	2.904	822	28,3	581,3
72	3.991	1.057	26,5	911,7
73	6.199	1.344	21,7	1.466,1
74	7.951	980	12,3	2.011,6
75	8.655	852	9,8	2.307,2
76*	9.000	1.688	18,7	2.503,6

* Valores de janeiro-novembro (dados da FGV).
Fonte: Cacex e Fundação Getúlio Vargas.

Enquanto a participação relativa do café declina sistematicamente no período (passando de uma preponderância absoluta em 1954 — 60,8% — para apenas 9,8% em 1975), os manufaturados aumentam a sua participação de US\$ 9,4 milhões para 2,5 bilhões, de janeiro a novembro de 1976.

A evolução das exportações de outros produtos tradicionais da agricultura — açúcar, algodão, cacau e fumo — no período 1953-76, em termos de valor, pode ser observada na tabela 3.

Observa-se que a partir de 1968 o valor das exportações do açúcar cresce em importância, até 1974, quando atinge um valor de quase US\$ 1 bilhão, sendo depois envolvido pela crise mundial açucareira de 1976. Nos anos de 1974-75, enquanto também o algodão sofre perdas decorrentes da crise do produto no mercado mundial, o fumo e o cacau encontram condi-

Tabela 3

Valor das exportações dos principais produtos tradicionais da agricultura — 1953-76
(Em milhões de dólares)

Anos	Açúcar	Algodão	Cacau	Fumo
1953	17,1	101,8	75,2	17,8
54	12,2	223,1	135,6	17,9
55	33,4	131,4	90,9	18,0
56	1,3	85,9	67,2	19,9
57	36,2	44,2	69,7	17,0
58	47,5	34,8	89,6	15,2
59	33,4	35,5	59,4	15,3
1960	52,5	45,6	69,2	15,6
61	65,6	109,7	45,9	26,7
62	39,1	112,2	24,2	23,6
63	62,7	114,2	35,0	24,1
64	33,0	108,3	34,8	28,3
65	54,0	95,6	27,7	26,2
66	80,5	121,2	50,7	21,9
67	80,4	95,5	59,2	20,3
68	101,6	135,7	46,1	18,9
69	115,1	202,3	105,1	26,5
1970	126,5	154,4	77,7	31,2
71	146,6	137,1	61,7	36,5
72	314,1	188,7	59,2	46,7
73	454,9	218,0	88,5	58,5
74	978,6	90,9	210,0	99,0
75	769,9	97,8	220,4	141,8
76*	138,3	(a)	215,0	155,2

* Valores do período janeiro-novembro.

Fontes: Cacex, IBGE e FGV.

(a) Dado não disponível.

ções favoráveis e aumentam o significado de sua participação no valor das exportações do setor agrícola. O somatório do valor das exportações destes quatro produtos tradicionais, que em 1968 correspondeu a 18,9% do total das exportações agrícolas, chegou, em 1974, a 26,5%. Em 1975 esse valor declinou para 23,7, em função das oscilações do mercado internacional.

De uma forma geral, deve-se dizer, o ano de 1973 foi muito favorável às exportações do setor agrícola do Brasil. Uma análise circunstanciada desse fenômeno é encontrada no "Balanço Agropecuário de 1973", feito pela Fundação Getúlio Vargas.³⁷

A partir de 1965 (ver tabela 4) observa-se uma crescente participação de produtos não-tradicionais na pauta das exportações agrícolas, notadamente o milho, soja e carne bovina.³⁸

Tabela 4

Valor das exportações dos principais produtos não-tradicionais da agricultura — 1963-76
(Em milhões de dólares)

Anos	Milho	Soja	Carne bovina
1963	29,5	3,1	4,3
64	2,9	—	11,0
65	27,2	7,3	20,8
66	31,8	13,0	9,9
67	22,1	29,2	3,8
68	57,0	6,3	13,4
69	33,3	29,2	28,1
1970	80,6	27,1	63,2
71	75,4	24,3	50,9
72	9,6	127,9	50,5
73	3,1	494,2	69,8
74	139,0	586,3	81,0
75	150,8	684,9	70,5
76*	161,5	785,6	108,9

* Valores de janeiro a novembro.

Fontes: Cacex, FGV e IBGE.

³⁷ *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 28 (2), fev. 1974.

³⁸ Ótimos estudos sobre a participação crescente de produtos não-tradicionais nas exportações da agricultura são encontrados em: Doellinger, C. von. & Faria, H. B. Castro. *Exportação de produtos primários não-tradicionais*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1971; ———, et alii. *Exportações dinâmicas brasileiras*. Rio, IPEA/INPES, 1971; Barros, J. R. M. de. *Exportações de produtos primários não-tradicionais*. São Paulo, USP/IPE, 1974 (Monogr. n. 4).

Safras excepcionais verificadas principalmente nos últimos anos, aliadas aos efeitos da reformulação da política de exportação de produtos primários e ao levantamento de limitações e impedimentos na exportação desses produtos, possibilitaram a formação de ponderáveis excedentes exportáveis, colocados com vantagens no mercado mundial.

Um fenômeno digno de nota é a extraordinária evolução da produção da soja no Brasil, principalmente nos últimos anos, que passou de 3,2 milhões t, em 1972, para 11 milhões, em 1976, devendo atingir 12 milhões t em 1977.³⁹ É auspicioso constatar que, se considerarmos soja em grãos, mais torta de soja e mais o semimanufaturado óleo de soja em bruto, veremos que, em 1975, o seu valor superou significativamente a receita cambial advinda do café.⁴⁰

Outros produtos não-tradicionais, como o arroz, o amendoim e a mamona, têm possibilidades de aumentar o significado de sua participação relativa no total das exportações da agricultura em função do crescimento da demanda externa.⁴¹

6. Balanço de pagamentos, dívida externa e exportações

A opção pelo desenvolvimento com endividamento,⁴² assumida pelo Governo nos últimos anos, resultou na elevação dos níveis da dívida externa, que aliás tem de ser paga, com seus juros, e da única forma possível na comunidade internacional: através de crescentes volumes de divisas auferidas no exterior.

Por outro lado, para enfrentar os crescentes déficits do balanço de pagamentos, a política governamental foi direcionada para o controle das importações e substituição das mesmas — tanto quanto possível — no que tange a bens de capital e insumos básicos. Aliados a essa política despontaram os estímulos à exportação, tanto de produtos agrícolas como de manufaturados.

O endividamento externo verificado nos últimos anos tem assumido proporções alarmantes, já que parece transcender de um simples problema técnico de ajustamento de curto prazo na balança comercial. Em 1970 a dívida externa brasileira era de US\$ 5,3 bilhões, em 1973 o nosso endividamento se elevou para 12,6 bilhões e em 1976, segundo estimativas, essa dívida bruta atingiu a 29 bilhões. Por outro lado, o coeficiente da relação dívida líquida/exportações tem crescido perigosamente, atingindo o valor 2,23 em 1976.⁴³ Estes dados são demonstrados na tabela 5.

³⁹ Segundo dados do IBGE e estimativas da Fecotrigô.

⁴⁰ *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 31 (1), jan. 1977.

⁴¹ Barros, J. R. M. de. op. cit.

⁴² Doellinger, Carlos von. Endividamento e desenvolvimento: algumas lições da história. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 6 (2), ago. 1976.

⁴³ Alves, Cezar Francisco. Cálculo da dívida externa tem hoje novos critérios. *O Globo*, 31 jan. 1977, p. 20.

Tabela 5

*Dívida bruta, reservas, dívida líquida, exportações e
relação dívida líquida/exportações (1964-76)*
(Em milhões de dólares)

Anos	Dívida bruta	Reservas	Dívida líquida	Exportações	Relação
	(A)	(B)	(C)	(D)	(C/D)
1964	2.942	244	2.698	1.430	1,89
66	2.956	421	2.535	1.741	1,46
68	3.780	257	3.523	1.881	1,97
1970	5.295	1.187	4.108	2.739	1,50
72	9.521	4.183	5.388	3.991	1,35
73	12.572	6.416	6.156	6.199	0,99
74	17.166	5.269	11.897	7.951	1,50
75	21.171	4.041	17.130	8.670	1,98
76*	29.000	6.477	22.523	10.000	2,23

* Dados provisórios fornecidos pelas autoridades monetárias.

Nota: Segundo conceito do Fundo Monetário Internacional, a liquidez de um país está sob controle quando o coeficiente C/D não apresenta valor superior a 4.

Fontes: Cacex e FGV. A presente tabela foi publicada em *O Globo*, fazendo parte do artigo a que se refere a nota de rodapé nº 43.

No que tange à relação dívida bruta total/Produto Interno Bruto, também este coeficiente aumentou consideravelmente. O peso da dívida em relação ao PIB, que no período 1950-60 foi em média de 17,9%, em 1976 elevou-se para 25,5%.⁴⁴

Para enfrentar os problemas decorrentes dos desequilíbrios do balanço de pagamentos e do agravamento do montante da dívida externa, têm sido adotadas, como já se fez referência, várias medidas de controle das importações e de incentivos adicionais às exportações totais. Embora apresentando efeitos considerados altamente positivos, inclusive com o crescimento das exportações de produtos industrializados, é possível, no entanto, que essas medidas não tenham poder suficiente para recompor a saúde da economia do País, principalmente em se considerando as más perspectivas da economia internacional.

⁴⁴ Editorial de *O Globo* (Seção Economia), 4 de out. 1976, p. 18.

A forma natural para elevar a receita de divisas recai, pois, no aumento das exportações do setor primário, principalmente a dos produtos agrícolas. A agricultura sempre se tem mostrado capaz de responder favoravelmente aos estímulos do mercado, elevando a produção quando estimulada para isso. Além do mais, em termos competitivos, é no setor agrícola que se encontram as maiores vantagens comparativas do País. Segundo observam alguns autores,⁴⁵ é menos custoso para a sociedade exportar um dólar de produto agrícola do que um dólar de produto manufaturado.

Tudo indica que, segundo a tendência da conjuntura mundial para os anos mais chegados, a concentração de incentivos e de estímulos às exportações da agricultura é a forma racional de enfrentar os problemas do balanço de pagamentos e da dívida, e de financiar os encargos do desenvolvimento nacional.

Summary

This article focuses on the importance of agricultural exports for the national economy. The author begins by telling the history of Brazilian economy fundamentally an exporter of primary products, as well as of the relative importance of each traditional agricultural product among the country's exports. Next he mentions the industrialization and development process the nation has undertaken, and evidences the role played by agricultural exports in urban-industrial accumulation.

He also says that the choice of an introspective development of economy — by substituting imports and eliminating foreign dependence — has been conducted on criteria which neglected agriculture and its exporting sectors. This has aggravated external debt and upset the balance of payments.

Next the author analyzes the rediscovery of exports and the importance of the export-oriented policy. Finally, he demonstrates that concentrating incentives on agricultural exports is the rational way to recover economy's health and to activate the inflow of exchange needed to finance national development.

⁴⁵ Zockun, Maria Helena; Pastore, A. C.; Kadota, D. K. et alii. *A Agricultura e a política comercial brasileira*. São Paulo, IPE, 1976.